

## CHATUBA – UMA FAVELA A SER RELOCADA: A FORMALIZAÇÃO DA CIDADE ILEGAL.

Mateus Augusto de Araújo  
AGB – João Pessoa  
Universidade Federal da Paraíba  
[mateus\\_a\\_a@yahoo.com.br](mailto:mateus_a_a@yahoo.com.br)

### Resumo

Trataremos neste artigo das mudanças empreendidas na dinâmica socioeconômica da favela “Chatuba”, após o anúncio por parte da prefeitura municipal de João Pessoa da aplicação de recursos oriundos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) empreendido pelo governo federal em um projeto de “urbanização” naquele local.

A Favela Chatuba localiza-se na porção leste do município de João Pessoa estado da Paraíba, às margens do rio Jaguaribe no bairro de Manaíra, ocupa o rio em sua extensão, cobrindo uma extensa área com casas construídas em alvenaria variando desde casas sob palafita (dentro do rio), até casas com 4 metros de recuo do rio. O bairro no qual ela se localiza, o Manaíra, junto aos bairros que o circundam compõem a “zona nobre” da cidade, uma parcela da população que detém um maior poder aquisitivo, e por isso goza de melhores condições de vida. A favela é então para esta população um misto de oferta rápida de serviços que não exijam qualificação e ao mesmo tempo *locus* da violência, da perversão, da instabilidade social.

No município de João Pessoa esse investimento destina-se ao que está sendo chamado de “urbanização”, no vale dos rios Jaguaribe e Sanhauá. A escolha destas áreas em particular deve-se à condição de rios urbanos sujeitos a ocupação da camada mais pobre da sociedade, que ao instalar-se nas margens destes gera uma série de entraves, tanto à dinâmica do ecossistema estuarino, quanto a sua própria condição de habitabilidade. Em um espaço que, devido a associação das ausências de infra-estrutura e de educação da população instalada, torna-se em pouco tempo insalubre, com a conseqüente acumulação de lixo nos arredores e o despejo direto do esgoto residencial nos rios próximos. Essa configuração da habitação inconsistente às margens dos rios pessoenses representa grande parte do processo de favelização da cidade.

Para fundamentar nossa pesquisa buscamos compreender alguns conceitos que dizem respeito ao que há de essencial na produção destes espaços, tal tarefa exigiu que iniciássemos com o conceito de favela, que poderiam ser “aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores.” (IBGE, apud RODRIGUES, 1988, p.36), onde a própria RODRIGUES (1988) acrescenta que, outro fator que diferencia a favela de outros tipos de moradia sem infra-estrutura é a natureza de ocupação das terras. Mas a “cidade ilegal” (HARDOY & SATTERTHWAITTE 1987), tem outros pontos que podem ser observados, neste estudo destacamos ela como um espaço de resistência ao modelo de produção idealizado pelo Estado.

O que há de comum entre estas, como também em outras características das Favelas é a deficiente infra-estrutura no lugar onde se localiza esse tipo de habitação. No que diz respeito a esse lugar onde se instalam as habitações temos majoritariamente a ocupação de terrenos públicos, sejam eles destinados à construção de equipamentos sociais (Unidades de Saúde da Família, praças, etc), áreas de proteção ambiental (margens de rios ou morros), ou

até áreas de contenção para manutenção de infra-estrutura urbana (linhas de rede elétrica de alta tensão). Na pesquisa ora relatada estudamos uma área com o segundo perfil apresentado, ou seja, uma área que seria destinada à preservação das matas ciliares (às margens do rio Jaguaribe), onde de forma concisa, a intervenção visa restabelecer até onde lhe for possível a dinâmica ambiental “natural”, relocando assim a população que ali reside para uma área pré-estabelecida, próxima ao local de origem, no entanto, em outras condições de habitabilidade.

No sentido de assentar nossa pesquisa em uma base teórica sustentável, utilizamos uma diversidade de autores experientes no estudo dessa temática, dentre eles estão: BLAY (1985), SILVA (2007), SPOSITO (2005), RODRIGUES (1988), MARCIER (2006), ARAÚJO (2006), HARDOY & SATTERTHWAITTE (1987) ABREU (1992). Além destes, alguns outros fizeram parte desse trabalho auxiliando na nossa formação em leituras anteriores às realizadas para este momento.

Para a realização do levantamento dos dados em campo foi necessária a aplicação de entrevistas previamente planejadas, aplicando-as aos moradores que tiveram suas casas ou estabelecimentos comerciais cadastrados pela Prefeitura Municipal em diferentes pontos da Chatuba, no intuito de colher suas impressões sobre a intervenção que está sendo realizada naquele local. Para além das entrevistas, conversamos com moradores, comerciantes, passantes, para saber o que é esperado daquela intervenção, e quais suas opiniões sobre a mesma. Procuramos também o poder público, notadamente representantes da Prefeitura Municipal para melhor compreendermos a opinião destes sobre o caráter da obra que está sendo processada naquela favela. No que diz respeito aos dados secundários, além das referências bibliográficas, utilizamos dados de órgãos públicos como a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por fim, constatamos que parte da população não está disposta a ser submetida à relocação por receio de terem afetados os seus interesses individuais como: comércios instalados na área de relocação, casas alugadas e “vilas” (grupos de casebres destinados a aluguel), por permanecerem sem uma resolução imediata para sua condição resistirão até que lhes seja garantido a restituição de seu investimento ou a garantia da continuidade de suas atividades em uma localidade que os agrada. Sendo assim, a necessidade de garantir que a população relocada tenha seus interesses individuais satisfeitos gera um clima de conflito, entre esta população e o poder público executor da obra.

## Introdução

Para compreender a dinâmica de reprodução do espaço urbano é preciso investigar o que move os atores que atuam nesta dinâmica, qual nível de intervenção num determinado espaço e como se estruturam as relações de poder desses atores. Conviver quase que cotidianamente com a cidade e seus aspectos mais heterogêneos nos traz algumas inquietações, questionamentos e até mesmo sentimentos de incapacidade e/ou conformação. Um dos com os quais convivemos no cotidiano da cidade, e que nos remete a alguns desses sentimentos, é a favela.

Moramos em um dos bairros de maior poder aquisitivo do município de João Pessoa, o Bairro de Manaíra, e nele trabalhamos nos últimos dois anos. Dividimos esse espaço com uma das favelas mais conhecidas de toda a cidade, denominado Bairro de São José<sup>1</sup>, da qual se derivou o território que propomos estudar, a Favela da Chatuba.

João Pessoa é uma cidade do nordeste brasileiro, capital do estado da Paraíba. Com 674.762 habitantes<sup>2</sup>, um PIB per capita de 8.878, o que a situa em 21º lugar entre as capitais brasileiras<sup>3</sup>, e uma área de 211 km. Sob esses critérios, é possível considerá-la uma cidade média brasileira.

Como objeto de estudo, elegemos uma favela dentro do bairro do Manaíra conhecida pelos moradores da mesma como Chatuba. Esta se localiza na porção oeste do bairro, em uma área de ocupação irregular de propriedade da Marinha, às margens do rio Jaguaribe, por isso classificada em planejamento de uso e ocupação do solo, da Prefeitura Municipal de João Pessoa como Zona Especial de Preservação 2<sup>4</sup>.

Trata-se de uma ocupação descontínua, sendo dividida em Chatuba I, II e III, estando as duas últimas à jusante da primeira. É uma ocupação em área de domínio público, com habitações precárias unifamiliares: são casas de tipologia variada, sendo a maioria de alvenaria, porém algumas são feitas de restos material de construção ou sucata. Uma parcela considerável dela está sujeita à dinâmica do rio Jaguaribe e atuando diretamente na poluição deste, a população desta favela vive atualmente um impasse, fruto de uma intervenção do Estado que consiste em uma relocação da população do atual local de moradia para áreas próximas dentro do mesmo bairro. Contudo, tal remoção implicará na modificação da tipologia habitacional, pois em vez de casas serão construídas edificações multifamiliares, onde para cada família será concedido um apartamento, ou uma habitação.

A respectiva proposta de intervenção gerou uma série de impasses no que diz respeito à propriedade, ao conforto, ao papel do Estado, à organização popular, à renda, ao beneficiamento de parcela da população, entre outros temas que nos instigaram à realização da pesquisa que resultou neste trabalho.

Como já afirmado anteriormente, estivemos envolvidos com o objeto de estudo não só por conviver com este ao caminhar pela cidade, mas também por ter trabalhado diretamente neste. Durante dois anos estivemos à frente da articulação entre a população desta área, bem como de outras favelas nos bairros próximos e o poder público, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, mais especificamente em torno da elaboração do Orçamento Participativo municipal, o que fez com que nós estivéssemos em constante contato, tanto com o projeto da Prefeitura Municipal, quanto com a população.

---

<sup>1</sup> A favela Beira Rio, passa a ter a denominação de bairro São José devido algumas intervenções com infraestrutura urbana, mas a área ainda mantém muitas das características de aglomerados considerados subnormais pelo IBGE o que pode defini-la como uma favela.

<sup>2</sup> IBGE – Censo 2000.

<sup>3</sup> IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios 2006.

<sup>4</sup> De acordo com a Lei Municipal Nº 2.699 de 07 de Novembro de 1979, Plano Diretor - Lei Complementar Nº 03 de 30 de Dezembro de 1992 e Decreto Municipal Nº 5.363/2005 de 28 de Junho de 2005.

Nesse sentido, podemos observar, de uma posição estratégica, a atuação tanto do Estado quanto da população no sentido de se estabelecer naquele espaço e transformá-lo segundo suas expectativas.

Para a realização da nossa pesquisa tivemos como suporte metodológico a vivência dos moradores da favela, utilizando como instrumentos de pesquisa, a realização de conversas informais e coleta de depoimentos, tanto no local quanto nas reuniões promovidas pela Prefeitura. Para a coleta de depoimentos, utilizamos como critério as casas mais próximas ao rio cadastradas pela Prefeitura, tendo em vista que o cadastro executado excede a quantidade de moradias que serão relocadas e que o critério de relocação será o nível de risco gerado às casas pelo rio Jaguaribe.

Além da coleta dos depoimentos, utilizamos dados secundários, colhidos na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa e no IBGE, bem como fotografias do nosso acervo de pesquisa, construído no decorrer desses dois anos de trabalho. Como recurso gráfico e ilustrativo, além das fotografias horizontais, utilizamos também mapas coletados na Prefeitura e imagens de satélite, disponíveis no *google earth*<sup>5</sup>.

No sentido de assentar nossa pesquisa em uma base teórica sustentável, utilizamos uma diversidade de autores experientes no estudo dessa temática, dentre eles estão: BLAY (1985), SILVA (2007), SPOSITO (2005), RODRIGUES (1988), MARCIER (2006), ARAÚJO (2006), HARDOY & SATTERTHWAITTE (1987) ABREU (1992). Além destes, alguns outros fizeram parte desse trabalho auxiliando na nossa formação em leituras anteriores às realizadas para este momento.

Com base nos autores supracitados, tentamos extrair idéias, explicações e reflexões para nossos questionamentos, como o conceito de favela. Este, que aparentemente é simples, se torna complexo por ser associado a uma série de pseudônimos, seja de repressão, seja de sobrevivência ou ainda de organização.

A favela, o bairro, a comunidade, o morro, o aglomerado subnormal são alguns dos termos utilizados no Brasil para designar “um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores” (IBGE apud RODRIGUES, 1988, p. 36). Dependendo do que estabelecermos como referência, teremos uma nomenclatura diferente para essa modalidade de ocupação do espaço, que é a favela. Mesmo se levarmos em consideração somente um referencial – como, por exemplo, a necessidade de afirmar este espaço como sendo da violência e da ilegalidade - podemos obter vários “nomes” para ela.

Além do escritos e do material teórico, quando apreendemos a fala dos moradores, podemos observar que por vezes ela aparece como “comunidade”, como quando um morador quer adjetivá-la como um espaço carente, no entanto seguro, desprovido da violência que é noticiada sobre tal lugar. Já o termo “bairro” é mantido principalmente pela idéia da organização, pela existência de uma infra-estrutura, que estabelece naquela localidade uma posição hierárquica superior no espaço urbano, diferenciando-a dos espaços marginalizados, neste caso a favela, propriamente dita. Assim o São José (anteriormente mencionado), embora nesse trabalho esteja citado como favela constitui um bairro da cidade de João Pessoa, mas que foi elevada à categoria de bairro de forma arbitrária, pois nem a infra-estrutura básica este tem para ser caracterizado como tal.

Optamos, então, por utilizar o termo “favela”, devido ao nível de identificação da população desta localidade com esta denominação. A utilização do termo nos remete à sua origem. Assim, resgatamos a história das primeiras favelas no Brasil. Sabe-se que se associa à origem das favelas no Brasil à primeira ocupação no morro na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Sobre esta, Campos (2004) afirma existirem três versões quanto a esta

---

<sup>5</sup> Disponível no sítio: [earth.google.com/intl/pt](http://earth.google.com/intl/pt)

origem. A primeira delas remete à “crise habitacional” resultante da alforria concedida pelo governo imperial brasileiro aos escravos que fossem combater na Guerra do Paraguai (1865-1870). Os soldados, de um modo geral, e não somente ex-escravos, ao retornarem à cidade do Rio de Janeiro não tinham onde morar, restando-lhes a ocupação não só dos terrenos de cota altimétrica mais alta (morros), mas também os encharcados, que não eram utilizados pela cidade formal, ou seja, “a cidade atendida pelo Poder Público” (CAMPOS, 2004, p. 56).

A segunda das versões para o aparecimento das favelas, e uma das mais difundidas, é a de que ela surge após uma revolta emergida no sul da Bahia, conhecida como a Guerra de Canudos. Quando os combatentes arregimentados pelo governo retornam da campanha contra os insurgidos de Canudos são autorizados a ocupar como moradia provisória os morros da Providência e de Santo Amaro. Devido a este fato, esta “forma de ocupação dos morros logo se revelou a solução ideal para o problema de habitação popular do Rio de Janeiro. De local de moradia provisório, esses morros da área central logo foram transformados em opção de residência permanente”, assinala Abreu (1992, p. 90).

A terceira explicação complementa as anteriores. Trata-se da dissolução dos cortiços, fundamentada no Movimento Higienista e liderada pelo prefeito Barata Ribeiro. As ações de Barata Ribeiro tiveram como ponto alto a destruição do cortiço Cabeça de Porco, onde habitavam cerca de 4.000 pessoas. Na ocasião, o prefeito autorizou a população a utilizar o material que ainda fosse de serventia para construção de habitações em um morro que existia por trás do cortiço e que já era parcialmente ocupado, conhecido como morro da Providência e que posteriormente passa também a ser conhecido como Morro da Favela.

Essa nova denominação dada ao morro da Providência, “Morro da Favela”, segundo Campos (2004), tem sua origem em um hábito das mulheres que vieram da Campanha de Canudos com os combatentes. Oriundas de uma localidade conhecida como Morro da Favela, passaram a utilizar a mesma denominação para o espaço de moradia que vieram a ocupar, remetendo-se assim a um espaço de saudosismo.

As três versões são complementares e têm em comum o momento de uma crise habitacional vivida no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Uma crise associada aos egressos de conflitos dentro e fora do país, assim como à própria população que habitava a cidade e que crescia na medida em que a cidade ia se estabelecendo como espaço de fascínio e de oportunidade, em detrimento do campo.

É constante entre os autores consultados o posicionamento do Estado no que diz respeito ao planejamento e execução de obras e na valorização dos espaços da cidade, como podemos analisar nesta declaração:

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono... (SPOSITO, 1988, p.74).

Quando o Estado opta pelo segmento socioeconômico de maior poder aquisitivo em uma cidade, significa que ele está optando pela parcela da população que este representa, isso porque entendemos que os grupos que detêm o poder político local também possuem o poder econômico.

Existem então diferentes políticas de habitação empreendidas pelo Estado, várias delas têm ligação direta com o consentimento de crédito imobiliário a juros mais baixos ou com prazos estendidos por um período de tempo muito longo. No entanto, estas não fogem da idéia da habitação como mercadoria, regulada pelo poder de compra dos moradores, que, no

caso da população das favelas, não dispõe do poder necessário para serem atendidos por estes projetos.

Para a compreensão do nosso objeto de estudo foi necessário trabalhar com os autores já apresentados, como também com alguns outros que serão mencionados no decorrer do trabalho, tendo como enfoque não só a favela, mas os fatores que, de modo geral, envolvem a produção desse espaço na cidade, mais especificamente na de João Pessoa.

## **Chatubas**

As Chatubas, como áreas de transição, estão localizadas entre um dos bairros de população de maior poder aquisitivo de João Pessoa e uma das favelas mais conhecidas da cidade, estigmatizada por estereótipos comuns a qualquer outra favela. Nesta área, de leste para oeste, temos em seqüência: o bairro Manaíra (que é praieiro); a Chatuba (nosso objeto de estudo); o rio Jaguaribe; a favela São José e a falésia morta, que o limita mais a oeste.

Como espaço de transição, a favela trabalhada se constitui enquanto um espaço mediador das relações entre o bairro de Manaíra e o São José. Talvez por isso boa parte dos seus moradores não se identifica como moradores de uma favela, mas sim do bairro do Manaíra, pois consideram “Chatuba” um nome feio, quase um “palavrão”, associando a denominação ao comportamento da população do São José. Este sim, para os moradores da Chatuba, é considerado favela, os quais observam que “ali sim, tem bandido” e que “é tudo desorganizado”. Tal afirmativa reforça a diferenciação de um território<sup>6</sup> do outro, mesmo estando a poucos metros um do outro, cruzando-se, apenas, o rio.

Esta diferenciação perpassa o limite físico do rio Jaguaribe, contribuindo como aliada da população do bairro do Manaíra contra o iminente “perigoso” do São José, reforçando o discurso de que a violência se reproduz ali dentro e de que aquela população tem que ser retirada de sua convivência.

Apesar deste discurso não ser o reproduzido pela totalidade da população local, ele representa a opinião comum de uma significativa parcela desta, identificando-se mais com a população do bairro de Manaíra do que com a da favela. Como podemos observar no mapa 1 (ver anexo), destacando a área acima analisada, circulada em vermelhos, a qual compõe o São José (a oeste do rio) e as Chatubas (a leste do rio).

A Chatuba tem seu processo de ocupação concomitante ao da favela São José, com aproximadamente trinta anos, possuindo 316 domicílios distribuídos em três áreas descontínuas. No que diz respeito à infra-estrutura, estas são servidas de energia elétrica, água encanada e uma iluminação pública, a qual não se encontra distribuída em toda a sua extensão. Sua morfologia interna é composta por becos e por vielas, os quais partem da rua principal, na parte superior – porção leste –, em direção ao leito do rio Jaguaribe e outros que se encontram paralelos a este, delimitando as habitações erigidas às margens do rio, muitas delas estando sobre palafitas. As casas às margens do rio são geminadas nos dois lados, formando uma espécie de barreira contínua, fato que impede o livre fluxo das águas pluviais e do acesso de outros moradores ao rio.

A tipologia das construções nas Chatubas varia entre casas de alvenaria, de madeira (placas de madeira mistas com sucata) e até de taipa (barro compactado entre armações de madeira). A precariedade das construções, aliada à falta de salubridade do local, facilita a proliferação de insetos e animais capaz de causar doenças como dengue e leptospirose.

Embora exista o serviço de fornecimento de energia elétrica legal, muitos moradores

---

<sup>6</sup> Utilizaremos como território a concepção que diz que este é “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.” (Souza, 1995, p. 97 apud Haesbaert, 2007, p. 55).

utilizam ligações clandestinas, conhecidas como “gato”. Quanto à coleta de lixo, verificamos que a mesma é realizada regularmente, entretanto, as estreitas ruelas e becos impossibilitam a entrada do carro do lixo, ficando sob a responsabilidade dos moradores a tarefa de levar o seu lixo para a rua superior, onde ocorre a coleta é feita. O que observamos é que a maioria dos moradores não age assim, optando pela facilidade de utilizar o rio, vizinho à sua casa, como depósito.

No que diz respeito à rede de esgotamento sanitário, o problema é gerado por outro fator, pois somente algumas casas da Chatuba I são beneficiadas pela rede de esgoto geral, o que faz com que as demais residências das Chatubas utilizem o rio como local de despejo dos efluentes domésticos. É também comum entre os moradores das margens do rio a prática de aterramento destas para a construção e ou ampliação de suas casas. Tal prática resulta no estreitamento das margens do rio, causando frequentemente inundações no período de chuvas.

Nos meses mais chuvosos, a falta de infra-estrutura dessas áreas agrava muito dos problemas ali existentes. Assim, a inexistência de galerias de drenagem pluvial, bem como a baixíssima cota altimétrica, em relação ao leito do rio, de algumas residências, faz com que as águas pluviais escoam em direção às casas mais baixas, carregando muito lixo e alguns animais, como cobras e ratos. Além da ação destas águas, estas casas são também atingidas pelas inundações decorrentes do transbordamento do rio, cujas águas adentram pelos fundos das moradias. A variação no nível das águas do rio é resultante, igualmente, da influência das mudanças de marés, já que a área estudada está inserida em um ecossistema de restinga.

Sendo assim, durante as marés mais altas, associadas, por exemplo, a um dia mais chuvoso, o rio apresenta uma maior elevação de suas águas, enchendo ao ponto de inundar as casas, aumentando o transporte de sedimentos, de efluentes domésticos e de lixo, o qual, infelizmente, é lançado, indiscriminadamente, às margens do rio pelos moradores locais. Como observamos *in loco*, estes efluentes são lançados diretamente no rio por meio de canos, os quais são expostos no fundo das casas, conforme registramos em fotografia.

Como relatou uma moradora, quando lhe foi perguntado se o rio já havia transbordado, afetando a sua casa, ela respondeu que “*toda vez que chovia entrava água... ,se chover muito enche ainda*”. Quando questionada como foi a última vez que isto aconteceu, ela respondeu que “*entrou água até o joelho...e era junto de rato, de tudo, barata, cobra, tudo, meu pai colocava umas caixa pra gente andar por cima*”. Além dos problemas cotidianos, no período de chuvas os moradores enfrentam, também, o excesso de insetos e o mal cheiro oriundos do rio, gerando, quando não doenças, algum mal estar. Tal qual podemos observar nas fotografias 1, 2, 3 e 4 (em anexo) que ilustram o quadro descrito.

## **Em vias de relocação**

Para a Prefeitura Municipal de João Pessoa a área das Chatubas pode ser considerada ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que são “zonas urbanas específicas, que podem conter áreas públicas ou particulares ocupadas por população de baixa renda, onde há interesse público de promover a urbanização e/ou regularização jurídica da posse da terra, para salvaguardar o direito à moradia” (ALFONSIN, 2002, p. 92). Sendo assim, a instituição dessa área como ZEIS deveria apontar as intervenções da ação do Estado, no sentido de promover intervenções garantindo as condições de habitação daquela determinada população.

No entanto, é importante atentar para o fato de que a criação de uma ZEIS não regulariza institucionalmente a situação fundiária dos terrenos ocupados pela favela em favor dos seus moradores. Ela cria, sim, condições para a inserção desta no modelo urbanístico da cidade formal, uma vez que, para promover a regularização fundiária, torna-se necessário uma intervenção jurídica, conforme também assinala Alfonsin (2002). E é com essa finalidade que

temos a elaboração dessa classificação, negando os valores morfológicos estabelecidos pelo padrão de habitação da favela, ou cidade ilegal, para moldá-la ao padrão da cidade legal, passível de ser controlada.

Por sua vez, Rolnik (2006) defende que a ZEIS é um instrumento que inclui, de forma inovadora, esse modo de produzir a cidade, a partir de uma parcela da população de baixa renda como agentes produtores do espaço urbano, assim como acontece em outras áreas da dita cidade legal.

Partindo desta análise, vemos que, se por um lado esta classificação abre espaço para a inclusão dessas áreas no “corpo” da cidade, por outro, ela nega o modelo de construção elaborado pela população de baixa renda, baseado em um padrão próprio, estabelecido segundo as demandas desta população. Sendo então, o caráter da intervenção é o fator que definirá o nível de inserção urbanística desse território na cidade formal.

Para a elaboração do planejamento da cidade, a Prefeitura Municipal organizou um estudo sobre as antigas ZEIS, atualizando-o e classificando-as em quatro grupos e dois subgrupos, segundo os seguintes critérios: o nível de risco à saúde humana; a situação jurídica do sítio; a possibilidade de regularização fundiária. Ficando, assim, estabelecidos seguintes grupos: 1 – Alto risco para a população, 2 – Médio risco para a população, 3 – Área de preservação ambiental ou conservação, 4 – Menor risco para a população. Dentro deste último grupo, existem dois subgrupos: 4a – Regularização no sentido amplo e 4b – Regularização de situação fundiária (titularidade).

O nosso recorte espacial de estudo encontra-se situado no primeiro grupo, ou seja, na área classificada como de alto risco para a população, como podemos observar na figura 1 (ver anexo), que indica as características das favelas São José e das Chatubas, segundo o referido estudo das ZEIS.

Como resolução para a nossa área em estudo, a Prefeitura Municipal de João Pessoa estabeleceu, então, a relocação de uma parcela das habitações situadas às margens do rio Jaguaribe, utilizando o risco de inundações como critério de prioridade para justificar esta ação de intervenção municipal. Tal ação atingirá um total de 420 casas, contando não só com as Chatubas, mas também com as do lado do São José. Estas casas serão removidas das margens do rio e relocadas para terrenos de propriedade pública, sendo que alguns deles foram adquiridos pelo poder público municipal, em uma área próxima à favela, no intuito da efetivação desse projeto.

Em Manaíra, a área construída ocupa quase a totalidade da extensão do bairro, não existindo disponibilidade de terrenos suficientes para a construção de unidades residências horizontais de caráter social, destinadas à relocação das famílias ribeirinhas. Como solução, a prefeitura construirá as novas casas, seguindo o modelo de habitação vertical, sendo constituídas por um térreo e mais três pavimentos, com apartamentos de aproximadamente 42 m<sup>2</sup>, com uma área comum para todos os moradores.

Em nossa pesquisa procuramos saber o nível de informação da população local sobre o projeto e se o Estado havia estabelecido algum tipo de diálogo no sentido de criar um canal de discussão sobre a viabilidade do referido projeto, bem como as demandas da população envolvida: se estão satisfeitos com a intervenção, dentro dessa perspectiva; se gostariam de ser alvo desta relocação; e quais os motivos para estes acontecimentos.

Durante a coleta de depoimentos, procuramos averiguar como estavam sendo mediados os conflitos entre os interesses da população, do Estado e, de modo indireto, da iniciativa privada, em especial do maior *Shopping Center* da cidade. Um jogo de interesses deste último, que vem sendo há anos “beneficiada” pelo Estado, por meio da gestão municipal.

Em nossas entrevistas observamos que uma parcela dos moradores chegou à favela a partir da construção de suas casas, desde o início da ocupação da localidade. Uma outra



parcela é constituída por aqueles que receberam suas casas por herança familiar. Finalmente, identificamos os que compraram casas de antigos moradores. Tudo isto de modo informal.

Além disso, há aqueles que, também informalmente, alugam as suas moradias. Aqui reside o verdadeiro impasse a ser observado quanto ao projeto de relocação: o cadastro para aquisição da habitação construída pela prefeitura é em nome do morador da casa cadastrada, seja ele proprietário ou inquilino. Isso fez com que os proprietários de casas alugadas solicitassem a imediata desocupação da habitação, frente a ameaça de que esta poderia ser perdida para o seu então inquilino, o qual viria a se tornar proprietário de uma moradia em terreno regularizado, se atendido pelo projeto.

De outro modo, outra problemática merece destaque. É o caso das “vilas”, ou seja, pequenos quartos construídos a partir de uma extensão do local de habitação e alugados como moradia pelos seus proprietários. Estes, caso tenham a sua habitação como alvo do projeto, receberão um apartamento, assim como cada família que estiver vivendo no inquilinato em sua “vila”. Na implantação do projeto, tais proprietários requerem o pagamento de uma indenização pela prefeitura, sob o argumento de que fizeram um investimento em suas casas, a partir da locação desses quartos, e que este garante parcela da sua renda familiar.

Ao serem questionadas quanto à presença na Chatuba, as famílias que entrevistamos têm uma ressalva unânime: a moradia nesta favela lhes assegura a proximidade do local de emprego; bem como a disponibilidade de um lazer gratuito, que é a praia de Manaíra. Uma proximidade que lhes garante, mesmo que minimamente, algum direito à cidade.

Verificamos também que todas as famílias entrevistadas já sofreram com enchentes durante os períodos de cheia do rio Jaguaribe, muito embora algumas delas tenham investido em material de construção para aterrar as margens do rio (uma frustrada tentativa de resolução do problema) ou tenham aumentado o nível do piso das suas casas. Apesar disso, ainda enfrentam problemas com os acessos, já que estes estão no mesmo nível desde sua abertura, sendo ainda alvo de alagamentos, compondo uma das recorrentes queixas dos que moram na favela junto ao poder público.

Quando perguntado se o local de moradia tem também função de local de trabalho encontramos mais um impasse à realização do projeto: é emblemático o caso de uma família que tem como principal atividade um serviço de lavanderia, o qual funciona em sua própria casa. Na lavanderia, têm-se três máquinas de lavar, além de alguns tanques para lavagem de parte da roupa à mão. Este é um impasse a ser resolvido: o que fazer com o comércio que funciona em casa? Junto à prefeitura, obtivemos como resposta o fato de que esta não pode garantir a construção desses espaços nas áreas de relocação, nem a indenização. Uma indenização que também é requisitada pelos proprietários das “vilas”, anteriormente mencionados.

A necessidade de garantir a renda familiar coloca essas pessoas como contrárias à efetivação do projeto, por intermédio do argumento de que estes, mesmo ganhando uma casa com terreno regularizado, perdem a possibilidade de assegurar o seu sustento familiar.

Esses fatores fazem com que a população fique dividida, enquanto temos os casos demonstrados acima, relativos àqueles que não aceitam o projeto por não verem viabilidade de dar continuidade à sua sobrevivência, temos uma outra parcela, majoritariamente de inquilinos, que vê com bons olhos a relocação tal como proposta pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP. A crítica que fazem, no entanto, refere-se à espera pela realização de um projeto que está com o cronograma atrasado.

## **Considerações Finais**

A nossa pesquisa teve como intuito investigar uma forma de produção do espaço urbano, a partir de um conflito entre o Estado e um grupo de moradores de uma favela local, demonstrando as estratégias do poder público para a adequação do tecido urbano no planejamento por este elaborado.

Escolhemos a favela por ser um território avesso ao propósito da produção do espaço realizada pelo Estado, visto neste artigo como agente perpetuador dos valores de uma parcela dominante da sociedade, que, sob este tipo de intervenção, objetiva a regulação dos espaços de resistência à sua lógica dominante.

Durante a pesquisa, observamos ainda que existem várias opiniões por parte do moradores, no que diz respeito à retirada das habitações daquela localidade. De forma que alguns deles defendem sua permanência e outros se sentem satisfeitos com a relocação. Existe, porém, o consenso de que a saída daquela área tem como objetivo não só a melhoria do seu bem estar, mas principalmente a reestruturação da imagem que a favela impõe à paisagem, representada pelo que é “feio” ou “violento”.

Ainda sobre a necessidade de relocação, observamos que, apesar de já estarmos em vias de realização do projeto, a Prefeitura Municipal ainda não tem uma solução condizente com as necessidades da população, notadamente daquela parcela que mantém atividades comerciais no local de moradia, seja por meio de aluguel, do comércio ou da prestação de serviços.

Sendo assim, admitimos que a readequação de uma área, em boa parte mais antiga que a própria ocupação do bairro do Manaíra, compõe a cidade legal, ordenada pelo planejamento urbano da época, não levando em consideração as necessidades daquela população que anseia não só por moradia, mas por melhores condições de trabalho e pelo respeito às atividades que estes desenvolvem no seu território.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M de A. **A cidade e a montanha**. In: ABREU, M. A. (org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro, 1992.

ALFONSIN, Betânia de Moraes et al (Coord.). **Regularização da terra e moradia: o que é e como implementar**. São Paulo: Stolarski, 2002.

ARAÚJO, Vera Lúcia. **As transformações na Paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em Geografia) UFPB, 2006.

BLAY, Eva Alterman. **O papel do Estado na produção e consumo da habitação**. In \_\_\_\_\_. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARDOY, Jorge E. e SATTERTHWAITTE, David. **La Ciudad Legal y la Ciudad Ilegal**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

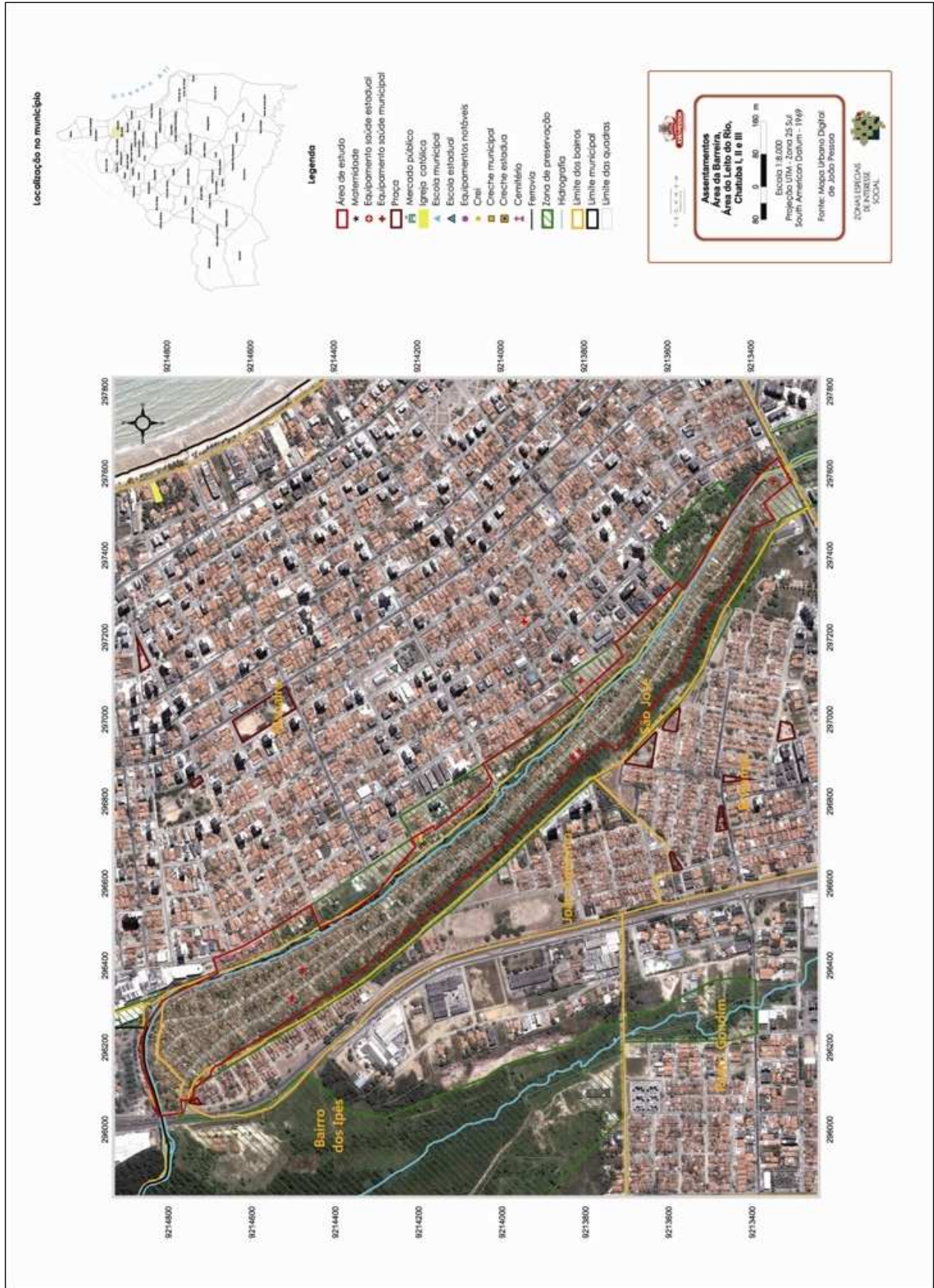
OLIVEIRA, Jane Souto de. e MARCIER, Maria Hortense. “**A palavra é: favela**”. In: ZALUAR, Alba. E ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

ROLNIK, Raquel et al. **Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

## Anexos





**Foto 1:** Beco paralelo ao rio, a direita habitações da margem.



**Foto 2:** Habitação sob palafita de tipologia mista alvenaria/sucata dentro do rio



**Foto 3:** Habitações da margem do rio com canos de esgoto expostos.



**Foto 4:** Moradora em casa na margem do rio, estendida por meio de aterramento.

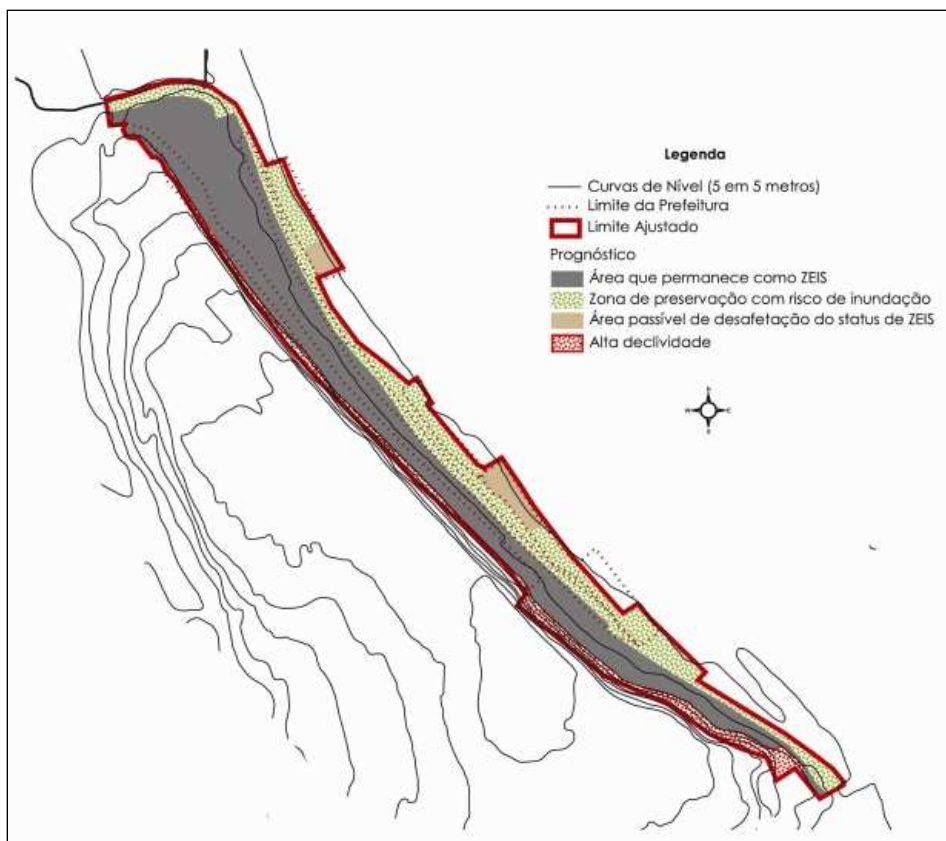


Ilustração da localidade que compõe a área estudada e seu entorno, utilizada para revisão do projeto das ZEIS no local e para estabelecimento de risco de desmoronamento e inundação.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de João Pessoa – Relatório de Prognósticos e Proposições de Intervenção Volume I, p.39.